



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

Agravo de Instrumento nº 161354-7 - Recife/PE

Agravante: BANCO ABN ANRO REAL S/A

Agravado: FREDERICO JOSÉ VIEIRA DE MELLO

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo

Segunda Câmara Cível

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. BANCO. POUPANÇA. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. EXTRATOS BANCÁRIOS. OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO. PRAZO. FIXAÇÃO DE MULTA. MEIO COERCITIVO.

Os extratos bancários, por se constituírem documentos necessários à apuração de eventual saldo favorável ao correntista, devem ser exibidos pelo banco depositário, ou declará-los inexistentes, acaso nenhuma relação jurídica exista entre as partes.

O prazo de cinco dias concedidos para apresentação dos documentos exigidos é muito exíguo, sendo razoável sua dilatação para o prazo de quinze dias.

A fixação de multa é o meio coercitivo de se vencer a obstinação do devedor ao cumprimento da obrigação de fazer ou entregar a coisa certa.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, prejudicados os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator".

DATA DO JULGAMENTO: 14 de maio de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 161354-7 - Recife/PE, sendo agravante BANCO

ABN ANRO REAL S/A e agravado FREDERICO JOSÉ VIEIRA DE MELLO,
ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da
Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado
de Pernambuco, por unanimidade de votos, dar provimento
parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.

Recife, 21 de maio de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator

w.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 161354-7 - RECIFE/PE
AGRAVANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
AGRAVADO: FREDERICO JOSÉ VIEIRA DE MELLO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Adoto como fundamento de meu voto as razões de decidir expostas na decisão interlocutória:

"Não se pode olvidar que os extratos bancários são documentos indispensáveis para o julgamento da ação proposta pelo autor, ora agravante.

Sem os mesmos torna-se impossível a mensuração de eventual saldo favorável ao autor e que esteja sujeito à correção da moeda em face dos planos econômicos citados.

Como há uma relação de consumo existente entre o cliente e o banco, este tem obrigação de exibir os extratos reclamados, não subsistindo razão para que negue a exibição dos documentos solicitados, cujo pedido poderia ser feito tanto através de medida cautelar, como de forma incidental no processo de conhecimento, este muito mais eficiente porque prestigia os princípios da celeridade e economia processual.

Enfim, caberá a entidade bancária fornecer os extratos necessários ao julgamento da lide, ou declará-los inexistentes, acaso nenhuma relação tenha existido entre as partes.

Sobre a questão, convém citar os seguintes precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMENDA DA INICIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.

ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. Não objetivando o pedido de exibição de documentos, cumulado com ação de cobrança, conhecer de dados antes de propor a ação, que é o que justifica a medida cautelar exhibitória, a sua postulação na inicial é perfeitamente possível, pois se estará, de forma mais ágil e econômica, instrumentando a ação de cobrança (Plano Bresser e Plano Verão), cujos documentos se encontram na posse da instituição financeira. AGRAVO PROVIDO MONOCRATICAMENTE. (Agravado de Instrumento Nº 70020229084, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 21/06/2007).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. POSSIBILIDADE. Cuidando-se de documentos comuns às partes, cabível o pedido para que o banco exiba os extratos bancários relativos aos períodos do Plano Bresser e Verão, pois documentos essenciais ao julgamento da demanda, não podendo a parte ser inibida de buscar eventual reparação que entende de direito. RECURSO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70020378964, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Julgado em 05/07/2007).

No que diz respeito ao prazo concedido para exibição dos documentos solicitados pela parte autora, ora agravada, parece-me razoável a alegação do agravante, desde que os 5 dias que foram concedidos, é tempo muito exíguo. Deste modo, defiro, parcialmente, o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada, tão somente para dilatar o prazo para exibição dos documentos solicitados, que fixo em 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do mandado de citação".

Com estas considerações, não havendo razão para modificar o entendimento exposto, dou provimento parcial ao presente recurso, tão somente, para estender o prazo para exibição dos documentos indispensáveis ao julgamento da causa central, prejudicado os embargos de declaração opostos.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.